

# POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Nivaldo Calixto Ribeiro  
Simone Assis Medeiros  
Eliana José Bernardes

*Universidade Federal de Lavras*

## RESUMO

Este capítulo tem como objetivo descrever o processo de implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA), iniciado por meio do projeto-piloto no Departamento de Administração e Economia (DAE) e da institucionalização de uma política de informação. Trata-se de um estudo de caso, descritivo, com dados coletados por meio de observação participante. As principais ações foram quanto às estratégias de divulgação, à padronização e à revisão dos metadados, à migração de teses e de dissertações que estavam depositadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do ano de 2006 a 2011, à digitalização e à disponibilização da coleção histórica de teses e de dissertações defendidas na UFLA, anterior ao ano de 2006. Além disso, aborda a atualização do site do RIUFLA, a revisão da política de informação com a obrigatoriedade dos depósitos e a criação de um regulamento normatizador das atividades relacionadas ao RIUFLA. A experiência de implantação mostrou que muitos são os desafios a serem transpostos como a inserção de dados, a coleta de informações, os direitos autorais e a resistência por parte dos pesquisadores.

**Palavras-chave:** Repositório Institucional. Política Institucional de Informação.

## ABSTRACT

This chapter aims to describe the process of implementing the Institutional Repository of the Federal University of Lavras (RIUFLA), initiated through a pilot project in the Department of Administration and Economics (DAE). It is a descriptive case study, with data collected through participant observation. The main actions were related to dissemination strategies, standardization and revision of metadata, migration of theses and dissertations that were deposited in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), from 2006 to 2011, the digitization and availability of the historical collection of theses and dissertations defended at UFLA, prior to 2006. In addition, updating the website, revising the Information Policy making deposits mandatory, creating a regulation regulating activities related to RIUFLA was addressed in this text. The implementation experience showed that there are many challenges to be overcome, such as data insertion, information collection, copyright and resistance by researchers.

**Keywords:** Institutional Repository. Institutional Information Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Lavras (UFLA), como instituição centenária de ensino, de pesquisa e de extensão, sempre foi produtora de conhecimento científico, mas demandava de formas de divulgação mais aprimoradas dessa produção. Em 2005, por meio da Portaria nº 13, da Capes, de 15 de fevereiro de 2006, foi implantada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), um dos primeiros passos para tornar acessível sua produção científica, bem como uma forma de prezar pela transparência dos recursos públicos que financiam as atividades de pesquisa da Instituição.

Na perspectiva de promover o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e em tecnologia para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), lançou o edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB, no intuito de apoiar projetos de implantação de Repositórios Institucionais (RI) nas instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino e pesquisa, de modo a possibilitar o registro e proporcionar maior visibilidade e disseminação da produção científica dessas instituições.

A estratégia adotada pelo IBICT foi traçar as normas e a forma de operacionalização dos RIs pelas instituições de ensino e pesquisa, cabendo especificamente a essas instituições o compromisso de viabilizar as ações necessárias à implantação, as quais, podendo criar diretrizes específicas de acordo com a Instituição, desde que essas não fossem contraditórias com a política definida pelo IBICT, que, em síntese, procurou sustentar a execução da implantação do RI, de forma efetiva, seguindo instruções do edital. Nesse contexto, em 2011, visando ampliar a forma de divulgação da produção acadêmica da UFLA, foi identificada por uma bibliotecária e apoiada pela equipe de gestores da Biblioteca Universitária da UFLA, uma oportunidade para participar dessa ação, desenvolvida pelo IBICT.

Por meio de um projeto de mestrado profissional em administração pública, de autoria da bibliotecária Simone Assis Medeiros, lotada na Biblioteca Universitária da UFLA, foi proposta a adesão da Universidade ao edital FINEP/PCAL/XBDB. Para tanto, foi realizado um levantamento dos dados referentes à série histórica da produção científica da Instituição, abrangendo o período de 2007/2011, composta por artigos, por dissertações e por teses, por relação de revistas e de livros publicados, por cursos de pós-graduação, por número de bolsistas de produtividade e a proposição de um cronograma de implantação do repositório, encaminhando-se, ainda, um termo de compromisso institucional, assinado pelo reitor, concordando com as disposições editalícias.

Uma das exigências do referido edital do IBICT era a formulação de uma política institucional de informação. Entretanto, como não havia tempo hábil para aprovação nos conselhos superiores da Universidade, o IBICT abriu uma exceção quanto ao prazo, permitindo que ela fosse enviada posteriormente. Embora não houvesse a certeza de contemplação da UFLA com essa política, procedeu-se a sua formulação, com base no modelo disposto por Kuramoto (2010) e pela análise das políticas de outras instituições. Assim, iniciou-se a trajetória do Repositório Institucional da UFLA (RIUFLA) e da implantação da Política Institucional de Informação (PII/UFLA).

## 2 FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO E DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

A construção de um RI envolve três etapas: planejamento, implantação e funcionamento – que são interdependentes e constituídas de atividades que devem ser cumpridas, a fim de que essa ini-

ciativa seja bem sucedida (LEITE *et al.*, 2012). O planejamento do RIUFLA foi formulado com base nas orientações de Leite (2009), Leite *et al.* (2012) e nas diretrizes traçadas pelo IBICT. Algumas etapas foram descritas na formulação da PIIUFLA, pela avaliação e pela aprovação da Comissão Técnica da Biblioteca Universitária da UFLA<sup>47</sup>. Segundo Leite (2009), a fase de planejamento é essencial e deve ser trabalhada em função das questões expostas na Figura 1.



Figura 1: Etapas para o planejamento e para a implantação do repositório  
Fonte: Leite (2009, p. 39)

Como o projeto de implantação do RIUFLA foi realizado mediante a adesão ao edital FINEP/PCAL/XBDB, os custos de implantação não foram determinados, pois a linha de apoio foi o kit tecnológico, de forma que os custos foram apenas com recursos humanos e com capacitação. Inicialmente, dentro dessa fase, por meio de portaria da Diretoria da Biblioteca Universitária da UFLA, constituiu-se a equipe técnica responsável pelo gerenciamento do RI, formada por cinco profissionais, entre bibliotecários, assistentes administrativos e técnicos em informática. Após a formação dessa equipe, as decisões e as etapas para a implantação do RIUFLA foram decididas em conjunto com a autora do projeto.

Definida a equipe técnica, foi necessário tomar decisões sobre os procedimentos e estabelecer as regras de funcionamento do repositório, bem como a definição daquilo que seria oferecido aos membros da comunidade. Dessa forma, foi necessária a definição do planejamento de serviços, dos objetivos, além de determinar os documentos que seriam aceitos.

Para se concretizar os objetivos propostos, foi necessário que a equipe do RIUFLA definisse as responsabilidades da biblioteca no gerenciamento do repositório, os quais estão previstos na PIIUFLA. Dessa forma, ficou determinado que cabe à Biblioteca Universitária da UFLA a adoção, o desenvolvimento e a manutenção do RIUFLA, como também:

- aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela UFLA;
- criar normas que orientem os departamentos e os setores da UFLA sobre o registro e o depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição, oriundas de atividades nela desenvolvidas;
- orientar a organização do conjunto de informações institucionais referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela UFLA;

47 A Comissão Técnica da Biblioteca Universitária da UFLA é a instância deliberativa para questões administrativas, técnicas e financeiras e assessora a Diretoria da Biblioteca Universitária da UFLA em assuntos de planejamento, gestão e outros de natureza técnica em geral (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2016).

- d. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuam como repositórios institucionais, agregando informações;
- e. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a
- f. qualidade destes e a compatibilidade das séries históricas.

Outra etapa importante do planejamento do RI foi a definição dos tipos de documentos e de seus formatos. Essa proposta também foi sugerida por meio da PIIUFLA. Com base na produção acadêmica da Universidade, estabeleceram-se, inicialmente, os seguintes documentos passíveis de depósito no RIUFLA:

- a. a) artigos publicados em revista científica, na qual haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
- b. b) artigos/trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
- c. c) dissertações e teses, após avaliação por banca específica;
- d. d) livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica da editora;
- e. e) patentes, desde que não haja cláusula de confidencialidade;
- f. f) resumos de trabalhos, aprovados para apresentação em eventos acadêmico-científicos.

Nessa etapa do planejamento, decidiu-se que outros trabalhos poderiam ser incluídos no RI, de acordo com as demandas dos departamentos, após análise da equipe técnica. Por outro lado, estabeleceu-se, por meio da PIIUFLA, que alguns documentos não estariam disponíveis no repositório, devido a questões legais. Ainda, segundo a política de informação, observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA poderia ser depositada integralmente no RIUFLA, imediatamente após a sua aprovação para publicação.

A aprovação da PIIUFLA estava condicionada à avaliação de atores da comunidade universitária, tais como o Conselho Universitário (CUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e a Procuradoria Geral. Primeiramente, foi encaminhada para apreciação no CEPE, que, após apreciação, encaminhou à Procuradoria Geral, para proceder a uma análise jurídica, ficando neste setor de março a novembro de 2012.

A avaliação da Procuradoria demandou um período de tempo extenso, pois, segundo o procurador, os próprios contornos da política, como direitos autorais, propriedade intelectual, entre outras questões, levavam à necessidade de uma análise mais profunda. Após algumas modificações na PII, ela foi desmembrada em duas resoluções, a política de criação do RIUFLA e a PIIUFLA.

Em novembro de 2012, a procuradoria encaminhou a política para o CUNI e a PIIUFLA foi aprovada por meio da Resolução CUNI nº 082, de 13 de novembro de 2012, com previsão de revisão posterior. Como desdobramento da proposta inicial da PIIUFLA, proposto pela Procuradoria, o RIUFLA foi oficialmente criado por meio da Resolução CUNI nº 083, de 13 de novembro de 2012.

Em observância à determinação do edital e visando garantir o depósito das publicações no RI por parte dos pesquisadores, a PIIUFLA foi proposta como sendo o depósito de caráter obrigatório, não sendo aprovada em sua primeira proposição ao CUNI. Posteriormente, as duas resoluções foram unificadas por meio da Resolução CUNI nº 019, de 8 de maio de 2018.

Provavelmente, a desaprovação deu-se em virtude do desconhecimento dessa política e do próprio repositório, pois, naquele momento, os atores responsáveis pela análise e pela aprovação da política tiveram pouco contato com o documento e não houve tempo para divulgação. A intenção

era que, no momento da revisão, esse ponto fosse revisto e a PIIUFLA aprovada com previsão de depósito obrigatória.

Ressalta-se que, no projeto encaminhado ao IBICT, foi definido que a implantação se iniciaria de forma gradual e setorizada, para, posteriormente, abranger toda a Instituição. Essa decisão deu-se em função das recomendações de Leite (2009) de que a implantação do repositório passe por um período de incubação, como atividade experimental, visando identificar as principais dificuldades operacionais, para, posteriormente, realizar o lançamento oficial na Instituição. Dessa forma, optou-se pelo Departamento de Administração e Economia (DAE), devido ao vínculo acadêmico da pesquisadora.

Em agosto de 2012, o IBICT comunicou que a UFLA tinha sido contemplada com o kit tecnológico, o qual iria ser entregue em outubro, em Brasília, no *I Encontro de Iniciativas do IBICT para a Visibilidade da Ciência Brasileira*. Em outubro de 2012, duas bibliotecárias participaram do referido evento e retiraram o kit tecnológico.

Tendo conhecimento das dificuldades que seriam encontradas na implantação, com o recebimento do kit tecnológico e com o início da implantação do repositório, foi necessário definir os próximos passos para que o projeto-piloto fosse implantado. Nesse passo, foram definidas as políticas, a configuração do sistema, a definição de metadados, a definição de comunidades e de coleções e os documentos que seriam criados para o projeto-piloto.

Devido ao desconhecimento da operacionalização do sistema, os desafios e as dificuldades relatadas na literatura também foram enfrentados pela equipe técnica do RIUFLA. As principais dificuldades foram quanto à elaboração da política de funcionamento, à capacitação da equipe, às questões relacionadas com a infraestrutura tecnológica, à definição dos metadados e às questões de direitos autorais. Associadas a essas questões, destacam-se as complexidades e as dificuldades do IBICT em oferecer capacitação a todas as instituições que implementaram seus RIs ao mesmo tempo, o que também foi considerado como um fator limitante na implantação do RIUFLA.

A equipe técnica do RIUFLA teve muitas dúvidas operacionais, que somente foram sanadas devido à cooperação da equipe da Universidade de Brasília (UnB), que se propôs a ajudar, prestando auxílio por meio de e-mail e por telefone. Além disso, a equipe emvidou esforços em pesquisas pela internet, em que foram obtidos dois manuais que auxiliaram nesse primeiro momento da implantação: o Manual de Treinamento da UNB e o Manual do Usuário da Universidade de São Caetano do Sul.

No andamento da implantação do RI, o IBICT enviou um guia para o gerenciamento de repositórios digitais criados em Dspace, que subsidiou a implantação da política em conjunto com os manuais citados. Quanto à plataforma utilizada para abrigar o repositório, foi utilizado o *software Dspace*, que é referência mundial para a implantação de repositórios, devido às suas inúmeras funcionalidades.

O uso do *Dspace* permitiu adaptar o repositório conforme a estrutura organizacional da Instituição, de modo a identificar departamentos, setores por meio de comunidades e de coleções (PAVÃO *et al.*, 2008). Dessa forma, o RIUFLA foi estruturado a partir de comunidades, de subcomunidades e de coleções. As comunidades são os departamentos, as subcomunidades são os programas de pós-graduação e, dentro de cada comunidade e de cada subcomunidades, suas respectivas coleções.

Para o projeto-piloto, foram definidos apenas três tipos de coleções; nas comunidades, foram criadas as coleções: artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos. Para as subcomunidades, foram criadas as coleções de dissertações e de teses. Inicialmente, foram criadas 19 comunidades e suas respectivas subcomunidades e coleções.

Após a criação das comunidades e subcomunidades, a próxima etapa foi a definição dos metadados dos documentos que deveriam ser contemplados no projeto-piloto. O Dspace já vem configurado com um formulário único para todo tipo de documento, cabendo a cada instituição usar esse formulário ou definir um formulário próprio para cada tipo de publicação. Uma reunião com a equipe técnica foi realizada e, devido às características e aos tipos de informações em cada documento, optou-se pelo uso de um formulário para cada tipo de documento. Assim, os metadados para cada formulário foram definidos e a parte da configuração foi realizada pelo Técnico em Tecnologia da Informação (TI). Essa tarefa mostrou-se bastante complexa e despendeu-se de bastante tempo. Os metadados foram definidos e os principais podem ser vistos no Quadro 1.

**Quadro 1- Descrição dos metadados utilizados no RIUFLA**

METADADOS				
ARTIGO / PERIÓDICOS	TRABALHOS / EVENTOS	LIVRO	CAPÍTULO DE LIVRO	DISSERTAÇÃO / TESE
dc.title - Título	dc.title - Título	dc.title - Título	dc.title - Título	dc.title - Título
dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author - Autor
dc.subject - Assunto	dc.subject - Assunto	dc.subject - Assunto	dc.subject - Assunto	dc.contributor.advisor - Orientador
dc.date.copyright - Data de publicação	dc.date.copyright - Data de publicação	dc.date.copyright - Data de publicação	dc.date.copyright - Data de publicação	dc.contributor.other - Membros da banca
dc.identifier.citation - Referência	dc.identifier.citation - Referência	dc.publisher - Editora	dc.publisher - Editora	dc.description.concentration - Área de concentração
dc.description.abstract - Resumo/ Abstract	dc.description.abstract -Resumo/ Abstract	dc.identifier.citation - Referência	dc.identifier.citation - Referência	dc.subject - Assunto
dc.language.iso - Idioma	dc.language.iso - Idioma	dc.language.iso - Idioma	dc.language.iso - Idioma	dc.date.available - Data de defesa
dc.identifier.uri	dc.identifier.uri	dc.identifier.uri	dc.identifier.uri	dc.date.copyright - Data de publicação
dc.rights	dc.rights	dc.rights	dc.rights	dc.description.development-agency - Financiador
dc.type	dc.type	dc.type	dc.type	dc.identifier.citation Referência
				dc.description.abstract - Resumo/Abstract
				dc.description - Informações adicionais
				dc.language.iso - Idioma
				dc.rights
				dc.type

Fonte: Atualizado e adaptado de Medeiros (2013).

O *Dspace* já vem com uma configuração padrão, no entanto, é importante que a instituição trabalhe no visual, de acordo com os objetivos e com a estrutura do repositório. Dessa forma, a equipe técnica solicitou a confecção do logo do RIUFLA à Assessoria de Comunicação da UFLA, Figura 2.



Figura 2: Logomarca do RIUFLA

Em seguida, definiram-se as políticas de gerenciamento do RI, especificando o tipo de arquivamento (quem, o quê, quando, quanto) e as licenças. Essas políticas foram expressas em um documento que busca auxiliar no processo de submissão/depósito do RI. Esse documento é denominado *Orientações para uso do repositório institucional da UFLA*. Foi atualizado em 2018, como uma das ações posteriores à implantação do RIUFLA.

Para o projeto-piloto, os arquivos seriam depositados pela equipe técnica do RIUFLA, abrangendo apenas os artigos publicados em revistas. Dessa forma, foi realizado um levantamento bibliográfico no *Lattes*, das publicações dos 50 docentes do DAE. Essa atividade foi iniciada pelos artigos que constavam as licenças definidas pelos editores que permitiam o depósito em repositórios. Desse levantamento, apenas 132 artigos tinham a *Licença Creative Commons* e puderam ser depositados no RI.

Após a expansão do projeto aos demais departamentos, o depósito deveria ser por autoarquivamento pelos autores vinculados à UFLA, como determina as Resoluções CUNI nº 82 e nº 83 e a correção dos metadados, pela equipe técnica do repositório. Como contempla a PIIUFLA, os artigos científicos publicados a partir de 2013 e outras publicações poderiam ser depositadas no RI até o prazo máximo de seis meses, a partir da data de sua publicação. Mas, na prática, isso não aconteceu, ficando até os dias atuais a grande maioria dos depósitos feitos pela equipe técnica. Como destaca Medeiros (2013), mesmo em outras instituições que implantaram uma política mandatória, os pesquisadores não fazem o autodepósito. O que é sugerido por algumas instituições que já adotaram tal política é alinhar essa obrigatoriedade com incentivos aos pesquisadores, como viabilizar junto à administração da instituição, a garantia de alguma vantagem pecuniária aos autores mais produtivos ou mais citados, devido ao seu autoarquivamento no RI. Oferecer alguns incentivos aos pesquisadores, tais como complemento financeiro à matriz orçamentária dos departamentos.

### 3 AÇÕES DE CONTINUIDADE E DE SUSTENTABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO RIUFLA

O lançamento oficial do RIUFLA ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2013, na assembleia departamental do DAE. O projeto-piloto pode ser considerado como uma estratégia que foi hábil para implementar a política do repositório da UFLA, pois subsidiou avaliações sobre as principais limitações operacionais e a resistência dos professores em realizar o autodepósito. Esse foi o principal obstáculo a ser superado, pois poucos docentes realizaram o depósito de suas publicações. A conscientização em relação ao depósito voluntário é, portanto, um quesito chave na implantação do RIUFLA e deve ser trabalhada continuamente na comunidade universitária.

Após a implantação do projeto-piloto, a equipe técnica elaborou um plano de divulgação nas assembleias dos demais departamentos, num total de dezesseis, o qual se iniciou no mês de março/2013 com término em agosto/2013. Outras iniciativas foram promovidas, como envio de e-mails para os pesquisadores, notícias veiculadas na página da Biblioteca, na página da UFLA e a criação de perfil do RIUFLA nas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*. Além disso, foram compartilhadas estatísticas mensais de acesso, obtendo, assim, uma publicidade dentro e fora da Universidade. Como forma de solucionar dúvidas sobre a operacionalização do sistema, foram realizadas capacitações para os pesquisadores, bem como contato direto, por telefone.

Por meio da divulgação do RIUFLA nas assembleias departamentais da Universidade, a equipe técnica do repositório identificou algumas barreiras relatadas pelos pesquisadores que poderiam influenciar futuramente no autodepósito, tais como excesso de atividades administrativas, receio de que mais trabalho fosse criado, desperdício de tempo, dúvidas e dificuldades relacionadas a questões de direitos autorais, falta de conhecimento sobre as vantagens do *Open Access*, entre outras.

### 4 MIGRAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES DA BDTB/TEDE PARA O RI/DSPACE

A Biblioteca Universitária, cumprindo sua função de depositária da produção técnica e científica gerada na UFLA, disponibilizava *online* as dissertações e as teses defendidas por pós-graduandos da Universidade na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), criada por meio da Resolução CPGSS/PRPG nº 013, de 1º de dezembro de 2005. Somente a partir de janeiro de 2006, a Biblioteca Universitária passou a disponibilizar os arquivos eletrônicos na BDTD (BERNARDES *et al.*, 2010). Naquela ocasião, o *software* utilizado era o TEDE Modular, que, posteriormente, apresentou problemas de suporte, falhas de segurança, excesso de campos a serem preenchidos e falta de atualizações.

Diante de tantas dificuldades, em julho de 2009, optou-se por utilizar o TEDE Simplificado. Com a mudança do sistema, os procedimentos que os pós-graduandos deviam seguir, após a defesa, foram reestruturados em um documento intitulado "Trâmites pós-defesa". Assim, a biblioteca passou a gerenciar a permissão de disponibilização dos arquivos por meio do *Termo de Autorização para Publicação Eletrônicas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFLA* (BERNARDES *et al.*, 2010). Em 2011, devido a graves problemas técnicos, de segurança e de infraestrutura, o depósito das teses e dissertações na BDTD foi suspenso. Em 2012, a BDTD foi desativada e a disponibilização das teses e das dissertações foi retomada no RIUFLA.

Logo que o RIUFLA foi implantado, as dissertações e as teses de 2012 foram disponibilizadas em tempo hábil. Naquele momento, foi necessário manter dois sistemas para recuperar os trabalhos: a BDTD para trabalhos defendidos entre 2006 e 2011 e o RIUFLA para trabalhos defendidos

entre 2012 e 2013. Isso foi necessário pelo fato de que, no momento, a biblioteca não dispunha de tecnologia para a migração automática dos dados. Era sabido que a equipe de uma universidade federal brasileira fizera a migração manualmente, e, seguindo este exemplo, a migração foi realizada entre julho e agosto de 2014.

Nessa tarefa, colaboraram seis bibliotecários e nove assistentes de outras coordenadorias (setores) da biblioteca. Inicialmente, houve um treinamento com os envolvidos nesse processo sobre uso da BDTD e das submissões no RIUFLA. Os assistentes e alguns dos bibliotecários efetuaram o depósito e os bibliotecários fizeram a conferência dos metadados.

Havia um total de 2391 teses e dissertações, divididas em 20 programas de pós-graduação, as quais foram distribuídas entre a equipe de depósito. Cada servidor ficou responsável pela migração de parte de documentos, distribuída conforme desempenho e disponibilidade. A migração foi resultado de um trabalho em equipe, coordenada por bibliotecários e com a colaboração de servidores com atribuições distintas empenhados em finalizar a tarefa. Ao final do trabalho, foi possível unificar o sistema de guarda e de recuperação das teses e das dissertações defendidas na UFLA, além de garantir a qualidade dos metadados padronizados.

## 5 REVISÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO

Com a efetiva implantação do RIUFLA, verificou-se a baixa adesão ao depósito voluntário por parte dos pesquisadores. Junto a essa situação, no intuito de atender às solicitações da comunidade acadêmica de inclusão de outros tipos de documentos no repositório, além dos já autorizados, foi necessário reestruturar e adequar a PII. Assim, conforme já fora previsto na sua primeira versão, aprovada em 2012, uma nova proposta foi encaminhada ao CUNI no ano de 2016.

Na primeira tramitação, a Câmara de Legislação do CUNI fez alguns apontamentos e recomendou a não aprovação, julgando haver conflitos com a Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências e, por considerar que havia imprecisões conceituais.

Em 2017, a decisão de não aprovação da nova proposta foi encaminhada à Biblioteca Universitária para manifestação. Em seguida, fora apresentada uma contraposição ao parecer exarado pela Câmara de Legislação do CUNI, esclarecendo que, na minuta de resolução da PII-UFLA, com obrigatoriedade de depósito de publicações no RIUFLA, não havia pontos conflitantes com a legislação vigente, bem como imprecisões conceituais que comprometessem os interesses institucionais e públicos. Entretanto, a proposta foi revista e aprimorada para atender a alguns questionamentos da Câmara e dar mais segurança e tranquilidade aos pesquisadores vinculados à Universidade, quanto ao depósito de suas publicações.

Visando aprimorar o texto da proposta, foi salientada, à época, a inserção do RIUFLA no movimento mundial de acesso aberto à produção científica. Novamente, o RIUFLA foi definido como um sistema eletrônico que armazena a produção intelectual da UFLA, em formato digital, e permite a busca e a recuperação para seu posterior uso, por meio da rede mundial de computadores, o que privilegia o direito da sociedade de ter vistas transparentes ao retorno de seu investimento em pesquisas, por meio de depósito de publicações relacionadas ao resultado de pesquisas, democratizando, assim, a informação e o conhecimento gerado na Universidade. É direito do cidadão o acesso a qualquer informação científica, cultural e técnica produzida com recursos públicos, respeitando suas restrições legais quando couber.

Ainda no intuito de aumentar o embasamento teórico da proposta, para nova apreciação da Câmara de Legislação do CUNI, foi citada a fala de Maranhão (2014) ao expor que a democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e nas humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. O seu estabelecimento objetiva garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção intelectual desenvolvida pelas universidades (SILVA, 2015). Na nova PIIUFLA, que estava em análise, o acesso às obras intelectuais depositadas no RIUFLA observava as determinações legais e os ditames impostos pelas Leis n°s 9.610/1998, 10.973/2004, 9.456/1997, 9.609/1998 e 9.279/1996, e demais normas legais concernentes.

Na nova redação da política, foi explicado que, com relação aos artigos científicos publicados em periódicos, resguardam-se aos autores os direitos morais e usos comerciais de suas obras, pois respeita-se o período de embargo definido pelos periódicos. Após esse período, os artigos científicos podem ser depositados no RIUFLA, sempre respeitando as políticas dos editores. Foi mencionado que os periódicos mais bem conceituados adotam políticas de Acesso Livre, como é o caso da *Ciência e Agrotecnologia*, publicação da UFLA, e outros títulos que visam garantir a gratuidade para qualquer pessoa ler e fazer o *download*, copiar e disseminar a informação, para fins educacionais, por meio das licenças *Creative commons*.

Foi explicado, ainda, que as licenças *Creative commons*, identificadas com o símbolo , são instrumentos de direito de autor e de direitos conexos da *Creative Commons* e mantêm um equilíbrio no seio do ambiente tradicional, criado pelas legislações de direito de autor e de direitos conexos (MURIEL-TORRADO; LUIZ PINTO, 2018). Segundo os autores, essas licenças fornecem a todos, desde criadores individuais até grandes empresas e organizações, uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito de autor e de direitos conexos aos seus trabalhos criativos. Em conjunto, esses instrumentos e os seus utilizadores formam um corpo vasto e em crescimento de bens comuns digitais, um repositório de conteúdos que podem ser copiados, distribuídos, editados, remixados e utilizados para criar outros trabalhos, sempre dentro dos limites da legislação de direito de autor e de direitos conexos (CAVALCANTI; SALES, 2017).

Foi esclarecido que, no momento em que o autor submete um artigo, os direitos autorais são transferidos para os periódicos. Por sua vez, os periódicos de acesso aberto adotam políticas apoiadas em seis tipos de licença *Creative Commons*, divulgadas em seus sites, as quais são observadas pelo RIUFLA, no momento da liberação do documento no repositório para acesso aberto.

Foi necessário evidenciar, na PIIUFLA, que a produção intelectual da UFLA é considerada toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos, seja publicada em meio impresso ou digital. É interessante expor que, além das publicações mais tradicionais cabíveis de depósito no RIUFLA, como livros e capítulos, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em eventos, teses e dissertações, foi acrescentada a possibilidade de depósito de monografia, em atendimento às exigências dos instrumentos de avaliação de cursos de graduação do INEP/MEC, registros de propriedades intelectuais, desde que não haja cláusula de confidencialidade, textos acadêmicos, manuais e relatórios técnicos; boletins técnicos e de extensão; dados de experimentos ou dados de pesquisa.

Por fim, estabeleceu-se que, quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, este poderá ser depositado no RIUFLA, assim que for aceito para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento será restringido pelos gerenciadores do RIUFLA durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão aces-

síveis apenas os metadados que descrevem os livros e os capítulos de livros. Quando se tratar de artigos de periódicos ou de trabalhos publicados em eventos, deverá ser acrescentado o link direcionando para a página do editor. Em ambos os casos, o texto integral não será depositado.

Em 8 de maio de 2018, a PIIUFLA foi aprovada por meio da Resolução CUNI nº 019. Além da obrigatoriedade de depósito das publicações de autores vinculados à Universidade no RIUFLA, entre as principais mudanças aprovadas foi a integração das diretrizes das Resoluções CUNI nº 082, de 13 de novembro de 2012 e da Resolução CUNI nº 083, de 13 de novembro de 2012, que institucionalizou a PII/UFLA e criou o RIUFLA.

## 6 NOVA VERSÃO DO SITE DO RIUFLA – VERSÃO 6.0

Buscando a melhoria dos serviços oferecidos à comunidade acadêmica da UFLA, em setembro de 2017, a equipe técnica do RIUFLA atualizou o Dspace, *software* de código aberto, mundialmente utilizado para a criação de repositórios digitais, com funções de captura, de distribuição e de preservação da produção intelectual, para a versão 6.0, o que trouxe mudanças significativas para a gestão do repositório e para o usuário ao realizar suas buscas.

- A versão 6.0, usada até o momento pelo RIUFLA, oferece estabilidade e segurança ao conteúdo do repositório, em relação à versão anterior. Oferece, ainda, estatísticas mais precisas em comparação com a versão que era utilizada, ampliação das estratégias de pesquisa por intermédio da busca facetada, além de possuir um layout mais amigável.
- Assim como a versão anterior, a versão 6.0 contempla as exigências das avaliações de repositórios institucionais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e mantém todos os trabalhos anteriormente depositados com os mesmos identificadores.
- Desde a atualização em 2017, é possível localizar tese, dissertação ou artigo científico, depositados no RIUFLA e compartilhar em redes sociais, segundo as tendências altmétricas. A altmetria representa uma nova maneira de medir o alcance e a influência de trabalhos acadêmicos, a partir da sua repercussão *online* e em plataformas de mídia social. Em lugar de medir o impacto de um trabalho considerando somente as citações recebidas em outros trabalhos publicados, a altmetria se propõe a fornecer uma visão mais abrangente sobre o impacto de um trabalho acadêmico, monitorando atividades antes inexistentes ou ignoradas, tais como interações em redes sociais, menções em jornais, revistas e *blogs* (NASCIMENTO, 2016).

## 7 REGULAMENTANDO AS ATIVIDADES DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

A equipe técnica do RIUFLA, entre outras atividades, realiza atendimentos sobre trâmites pós-defesa de dissertações e teses defendidas na Universidade, é responsável por manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia de preservação e por disciplinar as normas sobre o depósito da produção intelectual dos pesquisadores da UFLA em seu repositório. Visando fundamentar e padronizar as atividades realizadas no RIUFLA, além de resguardar a Biblioteca Universitária de eventuais problemas referentes ao depósito de dissertações e teses, a Comissão Técnica aprovou o Regulamento do RIUFLA, em reunião realizada no dia 31 de janeiro de 2019, por meio da Resolução CT/BU nº 1, de 31 de janeiro de 2019.

Algumas atividades do RIUFLA refletem-se em toda a Biblioteca Universitária, como, por exemplo, o acesso aos dados dos trabalhos depositados, digitais ou impressos. Por meio do Regulamento, ficou estabelecido que é vedado aos servidores da Biblioteca Universitária o repasse de arquivos de dissertações e de teses, assinalados como retidas no termo de autorização, a quaisquer solicitantes, exceto ao próprio autor e ao orientador. Entende-se como repasse cópia, vistas ao documento, fotografias ou qualquer outra forma de reprodução que comprometa a confidencialidade do conteúdo do documento. Estabeleceu-se, ainda, que a cópia mencionada somente será fornecida ao próprio autor e ao orientador, mediante apresentação de documento de identificação.

O regulamento trouxe mais segurança para equipe técnica do RIUFLA, que atua diretamente com o depósito de publicações, pois ampara suas ações e pode evitar entraves ou embates relacionados à ética científica ou à divulgação de documentos com restrições e embargos.

## 8 LINHA DO TEMPO DAS AÇÕES DO RIUFLA

No intuito de corroborar para a visualização da implantação da PIIUFLA e para o desenvolvimento do RIUFLA, as principais etapas e atividades foram sintetizadas e podem ser visualizadas em sua série histórica, com o registro das ações da equipe técnica desde a sua implantação, em 2012, até a data atual, disponível no Quadro 2. É importante considerar que nem todas as ações citadas, no quadro, foram possíveis dissertar neste capítulo de livro.

**Quadro 2 - Histórico do RIUFLA**

(continua)

Período	Atividades e ações
Dez. 2011 a dez. 2012	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboração do projeto;</li> <li>2. Definição da equipe técnica e competências necessárias;</li> <li>3. Formulação da PII, definindo políticas de conteúdo, acesso, direitos autorais, preservação digital etc.;</li> <li>4. Encaminhamento da PII para os órgãos competentes, para apreciação e aprovação;</li> <li>5. Definição do departamento do projeto-piloto;</li> <li>6. Definição de comunidades, de subcomunidades e de coleções;</li> <li>7. Levantamento bibliográfico da produção científica no Currículo Lattes dos docentes/ pesquisadores do departamento do projeto-piloto.</li> </ol>
Nov. 2012 a jan. 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instalação e configuração do DSpace no servidor;</li> <li>2. Verificação dos requisitos técnicos e operacionais;</li> <li>3. Definição do logotipo;</li> <li>4. Realização de testes na plataforma.</li> </ol>
Dez. 2012 a fev. 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação de comunidades, de subcomunidades e de coleções;</li> <li>2. Definição dos metadados;</li> <li>3. Treinamento da equipe;</li> <li>4. Definição das políticas de gerenciamento do RI;</li> <li>5. Definição das licenças.</li> </ol>
Jan. 2013 a fev. 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alimentação das coleções;</li> <li>2. Ações de promoção e de divulgação do projeto no departamento-piloto;</li> <li>3. Recuperação da informação;</li> <li>4. Acesso aos documentos;</li> <li>5. Uso da informação.</li> </ol>
Mar. a ago. 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliação nos demais departamentos;</li> <li>2. Divulgação do RI nos meios de comunicação e nas assembleias departamentais.</li> </ol>

(conclusão)

Período	Atividades e ações
Jan. a jul. 2014	1. Encaminhamento de estatística mensais com os 10 artigos mais acessados; 2. Execução de novas ações de divulgação: criação de fôlderes, cartazes e comunicados por e-mails, notícias na página institucional, redes sociais, listas de discussão, realização de treinamentos para os pesquisadores, bem como contato direto, por telefone.
Jul. a dez. 2014	1. Migração manual de 2.391 teses e dissertações da BDTD/UFLA para o RIUFLA; 2. Disponibilização do sistema de geração automática de ficha catalográfica com dados fornecidos pelo próprio autor <sup>1</sup> .
Jan. a dez. 2015	1. Aprovação da Resolução CEPE nº 090, de 24 de março de 2015, que dispõe sobre a disponibilização da coleção retrospectiva de teses e de dissertações online no RIUFLA, sem autorização prévia dos autores; 2. Digitalização da série histórica de teses e de dissertações defendidas na UFLA, antes de 2006.
2016 a 2017	1. Aprovação do Resolução PRPG nº 089 de 26 de setembro de 2016, que atualiza e regulamenta a tramitação pós-defesa de trabalhos de conclusão de curso, de teses e de dissertações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFLA; 2. Dispensa da entrega de exemplares de tese ou de dissertação impressas, mantendo a entrega do arquivo final em formato digital; 3. Equipe técnica do RIUFLA inicia o depósito de artigos dos professores e dos técnicos; 4. Disponibilização de nova interface e reestruturação do site do RIUFLA.
Jan. a Dez. 2018	1. Tramitação e aprovação da reformulação da Política Institucional de Informação por meio da Resolução CUNI nº 019, de 8 de maio de 2018.
Jan. 2019	1. Aprovação do Regulamento do RIUFLA.

Fonte: Atualizado e adaptado de Medeiros (2013).

É possível perceber que a implantação do RIUFLA trouxe vários benefícios para a Instituição e que, com essa experiência, foi possível, também, auxiliar outras instituições na implantação de seus repositórios, como a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas, em São João del-Rei e o Centro Universitário de Lavras (Unilavras).

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se compreender com este texto como se deu a implantação do RI na UFLA. Para tanto, foi necessário discorrer sobre o processo de formulação da PII, descrevendo a proposta do IBICT e as diretrizes que as instituições beneficiadas com o kit tecnológico seguiram para implantar os seus repositórios institucionais.

Como estratégia para iniciar a sua implantação, realizou-se um projeto-piloto em um departamento da Instituição, o qual foi uma experiência positiva, que permitiu compreender não só questões operacionais do RIUFLA, como também o envolvimento dos pesquisadores. Assim, em nível menor, de um departamento, foi possível detectar as suas primeiras limitações e buscar corrigi-las, o que facilitou a implantação nos outros departamentos.

As ações que visavam à implantação e à continuidade do RI na UFLA recaíam sobre as questões de obrigatoriedade do depósito, a conscientização de seus pesquisadores e um plano efetivo

de divulgação. Além disso, após a implantação, foi possível verificar que questões gerais norteadas pela política do IBICT foram assumidas pela UFLA.

Alguns pontos relevantes na história do RIUFLA foram evidenciados: a migração das teses e das dissertações do TEDE para o *Dspace*, a digitalização da série histórica de teses e de dissertações defendidas na UFLA, antes de 2006, a nova formulação da PII, com depósito obrigatório, bem como a necessidade de padronização das atividades, por meio da criação do Regulamento do RIUFLA.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, C. R. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010. 703 p.

BERNARDES, E. J. *et al.* Migração do Tede Modular para o Tede Simplificado na Biblioteca Digital da UFLA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/315>. Acesso em: 15 maio 2020.

CAVALCANTI, M. T.; SALES, L. F. Gestão de dados de pesquisa: um panorama da atuação da União Europeia. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 1, p. 73-98, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5789>. Acesso em: 5 maio 2020.

KURAMOTO, H. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 61- 70.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, F. C. L. *et al.* **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

MARANHÃO, A. M. N. Construindo um plano operativo para o Arca repositório institucional da Fiocruz. **Cadernos BAD**, [S.l.], n. 2, p. 139-141, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/9317>. Acesso em: 2 maio 2020.

MEDEIROS, S. A. **Política pública de acesso aberto à produção científica: o caso do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras**. 2013. 258 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

MURIEL-TORRADO, E.; LUIZ PINTO, A. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis. **Biblios**, Pittsburgh, n. 71, p. 1-16, abr. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1562-47302018000200001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302018000200001&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 06 maio 2020.

NASCIMENTO, A. G. **Altmetria para bibliotecários: guia prático de métricas alternativas para avaliação da produção científica**. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.3470528.v2>. Acesso em: 2 maio 2020.

PAVÃO, C. G. *et al.* Repositório digital: acesso livre à informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEBAB, 2008. 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Orientações para o uso do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras**. Lavras, 2018. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufla.br/wordpress/wp-content/uploads/Orienta%C3%A7%C3%B5es-para-uso-do-RIUFLA-28.06.18.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Resolução CT/BU nº 1, de 31 DE JANEIRO DE 2019, aprova o Regulamento do Repositório Institucional da UFLA e dá outras providências.** Lavras, 2019. Disponível em: [http://www.biblioteca.ufla.br/site/images/documentos/Regulamento\\_RIUFLA.pdf](http://www.biblioteca.ufla.br/site/images/documentos/Regulamento_RIUFLA.pdf). Acesso em: 06 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 019, de 8 de maio de 2018, dispõe sobre a Política Institucional de Informação da UFLA e dá outras providências.** Lavras, 2012. Disponível em: [http://www.ufla.br/documentos/arquivos/1\\_019\\_08052018.pdf](http://www.ufla.br/documentos/arquivos/1_019_08052018.pdf). Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 048, de 29 de junho de 2016, aprova o Regimento Interno da Biblioteca Universitária e dá outras providências.** Lavras, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ufla.br/site/images/documentos/regimento-biblioteca-2016.pdf>. Acesso em: 6 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 082, de 13 de novembro de 2012, dispõe sobre a Política Institucional de Informação da UFLA.** Lavras, 2012. Disponível em: [http://www.ufla.br/documentos/arquivos/082\\_13112012.pdf](http://www.ufla.br/documentos/arquivos/082_13112012.pdf). Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 083, de 13 de novembro de 2012, dispõe sobre o Repositório Institucional da UFLA.** Lavras, 2012. Disponível em: [http://www.ufla.br/documentos/arquivos/083\\_13112012.pdf](http://www.ufla.br/documentos/arquivos/083_13112012.pdf). Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Pró-reitoria de Pós-graduação. **Resolução PRPGNº 089, de 26 de Setembro de 2016, regulamenta a tramitação pós-defesa de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu UFLA.** Lavras, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ufla.br/site/images/documentos/regulamento-nova-tamitacao-pos-defesa.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.